

TENSÕES E DESAFIOS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

Jennifer de Carvalho Medeiros

RESUMO

Sob uma perspectiva crítica, sabemos que a expansão da a distância (EaD) foi motivada por interesses da reestruturação do capital. O mesmo fenômeno é observado no crescimento da educação profissional tecnológica (EPT) nos últimos anos. A EaD nos Institutos Federais ocorre de diferentes maneiras, pois desde o início foi dado aos Institutos a opção de escolher a forma de gestão da modalidade a distância. O recorte aqui feito é parte de um projeto de doutorado em andamento e problematiza o que ocorre no Instituto Federal de Brasília (IFB) no processo de implantação da EaD na Educação Profissional Tecnológica. Este relato traz a seguinte reflexão: em que medida são revelados os desafios e as tensões no processo de implantação e operacionalização da EaD no Instituto Federal de

Brasília, considerando o contexto mais amplo de institucionalização? O objetivo geral é analisar as condições materiais de implantação e operacionalização dos cursos a distância no Instituto Federal de Brasília. A metodologia para compreensão do problema e alcance do objetivo proposto baseia-se na perspectiva crítica, de natureza qualitativa, onde lançaremos mão da pesquisa bibliográfica para compreender os marcos regulatórios à luz dos elementos teóricos e do estudo de caso do modelo de EaD realizado pelo IFB. O desafio da Diretoria da EaD reside na articulação com os demais setores do Instituto Federal de Brasília a fim de conquistar o reconhecimento necessário para a oferta de cursos técnicos a distância de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional, Educação a Distância, Políticas Públicas.

TENSIONS AND CHALLENGES FOR THE INSTITUCIONALIZATION OF E-LEARNING COURSES OF THE FEDERAL INSTITUTE OF BRASÍLIA

ABSTRACT

We know that the expansion of e-learning was motivated by interests of capital restructuring. The same phenomenon is observed in the growth of technical education in recent years. The e-learning in the Federal Institutes happens in different ways, since from the beginning the Institutes were given the option to choose the form of management of the e-learning. This report brings the following reflection: how the challenges and tensions in the process of implementation and operationalization of the EAD in the Federal Institute of Brasília are revealed, considering the broader context of institutionalization? The general objective is to analyze the material conditions of implementation and

operationalization of courses e-learning at the Federal Institute of Brasília. The methodology for understanding the problem and the scope of the proposed objective is based on the critical perspective of a qualitative research, where we will use bibliographical research to understand the regulatory frameworks in light of the theoretical elements and the case study of the EAD model carried out by IFB. The challenge of the Board of Directors of EaD lies in its articulation with the other sectors of the Federal Institute of Brasília in order to gain the necessary recognition for the provision of quality courses e-learning.

KEYWORDS: Technical Education; E-learning, Public Policies

INTRODUÇÃO

É inegável o processo de expansão da Educação a Distância (EaD) nos últimos anos, principalmente com a inserção das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) no contexto educacional. No ritmo expansionista de oferta das diversas modalidades educacionais, a Educação Profissional Tecnológica (EPT) também ganha espaço de relevância, sobretudo a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008.

Com a criação dos Institutos Federais, a Educação Profissional e Tecnológica retoma uma notoriedade até então perdida em função do próprio histórico da educação profissional, fortemente marcado pelas tendências tecnicistas da década de 70. Desse modo, observa-se a criação de programas para a Rede Federal de Educação Profissional que lançam mão da EaD para garantir o alcance à formação ao maior número de pessoas, além de proporcionar uma oferta a baixo custo, se comparado ao ensino presencial.

A EaD nos Institutos Federais ocorre de diferentes formas, pois desde o início foi dado aos Institutos a opção de escolher o modelo de gestão da modalidade a distância. Essa escolha foi orientada pelo documento que regulamenta a EaD nos Institutos Federais, elaborado pelo Conselho Nacional dos Institutos Federais (CONIF). Com base nas orientações previstas nesse documento, cada Instituto Federal reconheceu a EaD e sua gestão de forma diferente, sendo possível observar a existência ou não do processo de institucionalização, uma vez que boa parte da oferta de EaD é fomentada por programas que contam com o recebimento de bolsas para quem trabalha. Essas bolsas exigem que o trabalho na EaD ocorra fora do horário das demais atividades existentes no Instituto, revelando também o processo de precarização.

O recorte aqui feito é parte de um projeto de doutorado em andamento e problematiza o que ocorre no Instituto Federal de Brasília (IFB) no processo de implantação da EaD na Educação Profissional Tecnológica. Atualmente o IFB conta com uma recém Diretoria de Educação a Distância para gerenciar os processos relacionados à oferta de cursos técnicos a distância fomentados pelo programa E-Tec Brasil. Antes de se tornar diretoria, a organização da EaD no IFB era por meio de uma coordenação geral. Assim, convém investigar e problematizar o que muda com o novo status de gestão e quais são os novos desafios.

Com base nesses aspectos, o presente artigo traz a seguinte reflexão: em que medida são revelados os desafios e as tensões no processo de implantação e operacionalização da EaD no Instituto Federal de Brasília, considerando o contexto mais amplo de institucionalização? Tal questionamento se justifica a partir do contexto de expansão da Educação Profissional Tecnológica, onde a EaD se faz presente e nos faz refletir acerca da sua operacionalização, considerando os marcos regulatórios que determinam as ações a serem realizadas nos diversos âmbitos e a gestão da EaD nos Institutos Federais, que não contam com um modelo unificado.

Nesse sentido, o nosso objetivo geral é analisar as condições materiais de implantação e operacionalização dos cursos a distância no Instituto Federal de Brasília, considerando, dentro do contexto de expansão da educação profissional via EaD, os marcos regulatórios e o modelo de gestão da EaD adotado no IFB. A metodologia para compreensão do problema e alcance do objetivo proposto baseia-se na perspectiva crítica, de natureza qualitativa, onde lançaremos mão da pesquisa bibliográfica para compreender os marcos regulatórios à luz dos elementos teóricos e do estudo de caso do modelo de EaD realizado pelo IFB.

1. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NO BOJO DAS POLÍTICAS EXPANSIONISTAS

Em 2007 inicia-se a primeira etapa de expansão da Rede Federal e em 2008 são criados os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Observa-se o movimento de expansão que iniciou na Educação Superior, com a proposta da Universidade Aberta do Brasil e se estendeu para a Educação Profissional por meio da criação dos Institutos Federais.

Otranto et al. (2015) afirmam que a criação dos Institutos Federais inaugura uma reconfiguração na arquitetura acadêmica, dada a natureza de instituição de educação superior, básica e profissional, sinalizando para uma possível superação do dualismo existente na educação desde o período colonial. Além de inovar no que diz respeito à organização, os Institutos Federais abrangem a formação nos diferentes níveis da educação e suas modalidades, incluindo a Educação a Distância. Nesse sentido, a expansão da EPT continua com a oferta dos cursos a distância como forma de cumprir as metas estabelecidas na política expansionista. Segundo Ortigara e Ganzeli (2013):

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia trouxeram um novo desafio para a formação integral do educando, na medida em que reuniu educação propedêutica,

ensino profissional e ensino superior, assumindo, desse modo, uma estrutura inovadora para a formação do cidadão. (ORTIGARA & GANZELI, 2013, p.258)

A proposta dos Institutos Federais, em especial do Instituto Federal de Brasília, é abordar o trabalho enquanto princípio educativo, o que nos remete os estudos realizados por Antonio Gramsci (1991). Manacorda (2008, p.176) explica que os princípios da escola unitária elaborados por Gramsci propõem uma educação ativa e criativa, tendo ao mesmo tempo uma preparação para o estudo universitário sem, contudo, desvincular-se da orientação profissional. De acordo com Manacorda (2008):

Gramsci faz uma nova 'digressão', saindo dos temas da pedagogia escolar para os referentes à relação instrução-profissão e de todo o conjunto das estruturas produtivas e formativas da sociedade. Já sabemos, no entanto, que os dois temas não são jamais pensados de forma separada por ele, e que essa união não é senão a manifestação concretíssima, em sua reflexão, da ligação da escola com a vida. (MANACORDA, 2008, p. 176)

As ideias gramscianas sinalizam para a superação da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, propondo uma nova organização escolar na qual o educando tenha autodisciplina intelectual e moral, necessárias tanto para o aprofundamento dos estudos quanto para o exercício da profissão. O desafio dos Institutos Federais reside em ofertar cursos nos seus diferentes níveis que tragam em si o conceito da unicidade em resposta ao dualismo arraigado historicamente. Tal desafio perpassa os elementos políticos, pedagógicos e administrativos, desde o planejamento das propostas até o momento de execução e materialização do que foi projetado.

Assim, em 2010, com os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia já criados, o CONIF apresentou a Proposta de Regulamentação da EaD nos Institutos Federais. A proposta de regulamentação apresentou três modelos básicos de gestão da EaD, o que dá autonomia para cada Instituto se organizar para a oferta dos cursos a distância. No documento, as três propostas de estruturas organizacionais foram apresentadas com base em três modelos: centralizado, estrutural semi-centralizado e estrutural descentralizado.

Para compreender a institucionalização da EaD na Educação Profissional Tecnológica, cabe primeiramente reconhecer que o processo de expansão da EPT associada à EaD permitiu que a própria institucionalização fosse algo a ser conquistado por cada instituto, não sendo algo instituído desde a sua concepção. O documento orientador do CONIF revela o nível de autonomia que cada

Instituto Federal teve ao escolher trabalhar com a Educação a Distância. Entretanto, consideramos que a condução e análise das orientações emanadas do CONIF revelou o grau de importância da EaD no processo de oferta da educação profissional a medida em que a discricionariedade foi o ponto-chave.

A realidade dos Institutos Federais tal qual se encontra configurado é recente. Isso exige da gestão dos IFs um conjunto de ações políticas articuladas capazes de responder às demandas institucionais advindas da sua criação, além de estarem sintonizadas com a proposta expansionista dessa organização acadêmica. O Termo de Acordos e Metas (TAM) ilustra essa questão. Nesse documento, os Institutos Federais estabelecem um conjunto de acordos, metas e compromissos que condizem com a sua missão e função social.

Nesse sentido, a gestão dos Institutos Federais pautar-se-á no cumprimento das ações previstas no referido documento. São dezenove metas e compromissos assumidos: índice de eficiência da instituição em no mínimo 90% em 2016; índice de eficácia em no mínimo 80%; relação de 20 alunos devidamente matriculados por professor; 50% de matrículas nos cursos técnicos; mínimo de 20% de matrículas na licenciatura ou formação de professores; apresentação de projetos voltados para a melhoria da qualidade da educação básica; implementação do programa de formação inicial e continuada; implantação da modalidade a distância como atividade regular; promoção de ações afirmativas para o acesso; implantação de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho; incentivo à pesquisa e extensão; apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social; implementação do núcleo de inovação tecnológica; acesso aos sistemas de acompanhamento da educação profissional.

Observamos a previsão da educação a distância como oferta regular nos Institutos Federais. Entretanto, as demais metas se fazem mais incisivas ao estipular percentuais ou prazos para o seu alcance, deixando a EaD em outro espaço de deliberação, que dependerá em boa parte da gestão e do nível de articulação política interna dos sujeitos envolvidos.

Além do Termo de Acordo, Metas e Compromissos, os Institutos Federais precisam observar o disposto na Portaria do Ministério da Educação nº 818, de 13 de agosto de 2015, que versa sobre a equivalência do estudante comparado à natureza do curso que é ofertado. Isso porque, a depender do curso, dos insumos, carga horária e recursos investidos para a sua oferta, o fator de ponderação vai modificar e o custo por aluno também, fazendo com que os Institutos possam captar mais recursos de acordo com o custo calculado a partir da equivalência.

Mas o que nos chama atenção é que a referida Resolução não faz nenhuma previsão para a EaD, fato que reduz o fomento à oferta da modalidade sob o

ponto de vista da gestão e das metas que precisam ser alcançadas. Nas condições concretas de operacionalização e gestão dos *campi*, observamos as equipes diretivas traçando estratégias para o alcance das metas com base nas diretrizes legais expressas. Uma vez que para a EaD não fica clara a forma como será instituída, vemos que dos dez campi nem todos promovem a referida modalidade de ensino.

Assim, vemos a EaD sendo aplicada a partir da determinação clara de como será integrada ao ensino presencial. Entretanto, quando buscamos estratégias de oferta de cursos a distância desvinculados dos modelos presenciais, percebemos maior discricionariedade que, ao invés de fomentar, produz resistência. Compreendemos que a institucionalização da educação a distância nos Institutos Federais passa pelos marcos regulatórios, assim como em todos os processos de produção de políticas públicas no país, onde ancora no Estado a responsabilidade por oferta da educação, bem como pela sua expansão e interiorização. Entretanto, a implantação da EaD de forma institucionalizada passa pelo processo de aceitação por parte dos indivíduos que vão executar tais políticas. Essa aceitação revela as representações acerca da EaD e as possibilidades de manutenção ou transformação dos projetos educacionais.

Identificamos contradições no discurso de expansão da Educação Profissional Tecnológica, pois nos leva a investigar em que medida são verificadas as questões relacionadas à oferta e execução dos cursos a distância ofertados pelos Institutos Federais. A partir dessa perspectiva, será necessário repensar os elementos do processo pedagógico: ensino (docência), aprendizagem (estudantes), tecnologias (materiais didáticos e mídias) e gestão (concepção, implementação e gerenciamento).

Mill (2012) assevera que as lacunas existentes para a compreensão da EaD no Brasil encontram-se ancoradas nesses quatro elementos do processo pedagógico. Em razão disso, é necessário estar atentos às lacunas relacionadas à gestão (processo de concepção, implementação e gerenciamento), às políticas públicas, acrescidas às questões relacionadas aos marcos regulatórios que determinam as ações nos Institutos Federais. No presente relato discutiremos os aspectos de gestão da EaD no Instituto Federal de Brasília, a fim de compreender o contexto de operacionalização da modalidade de ensino, seus desafios e superações.

2 O INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA E A OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Em que pese a significativa expansão do Instituto Federal de Brasília, esperava-se que a EaD também acompanhasse o ritmo de crescimento, uma vez que na previsão de expansão a educação a distância é citada como um dos

mecanismos aceleradores do processo. Contudo, a EaD no IFB foi implantada somente em 2011, três anos após a inauguração do campus Brasília. Vale destacar que a existência da EaD no IFB a partir de 2011 é demarcada por diferentes situações de ordem pedagógica e tecnológica, inclusive, fato que denota em certa medida a fragilidade de operacionalizar ações essenciais no contexto da gestão.

Desde que a EaD no IFB começou suas atividades, a oferta foi predominantemente voltada à educação profissional. Entretanto, tal qual ocorre nas ofertas de cursos superiores, os cursos técnicos são oriundos de programas fomentados pelo Ministério da Educação (MEC) que, a nível estratégico, elabora as diretrizes pedagógicas e a proposta geral dos cursos. Feito o planejamento estratégico, os Institutos Federais com maior tradição na educação a distância fazem o planejamento da oferta, incluindo a elaboração dos planos de curso e materiais didáticos. No nível operacional estão os institutos que firmam acordos com outros institutos para adotarem a metodologia, os planos de curso e materiais didáticos planejados.

A oferta dos cursos a distância do IFB se dá por meio da Rede E-Tec, um programa do Governo Federal de fomento à oferta de cursos técnicos a distância. Atualmente são ofertados sete cursos: Meio Ambiente, Administração, Logística, Serviços Públicos, Segurança do Trabalho, Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos. Todos os planos pedagógicos desses cursos bem como os materiais didáticos foram elaborados e produzidos pelo Instituto Federal do Paraná, em uma parceria firmada com o Instituto Federal de Brasília.

A partir dessa parceria, é definida toda a organização de gestão e didático-pedagógica. O nível de autonomia do IFB revela-se consideravelmente limitado, uma vez que a instituição assume o papel de executor de uma política previamente planejada. Acrescido ao modelo de gestão engessado, também se observa a questão da carga horária de trabalho e seu respectivo pagamento. Os professores, coordenadores e técnicos que trabalham na EaD são bolsistas, sendo, portanto, submetidos a um regime de trabalho contado para além das quarenta horas semanais trabalhadas nas atividades presenciais do Instituto Federal de Brasília.

Atualmente, a equipe da EaD no IFB é composta majoritariamente por bolsistas, que acumulam as atividades da EaD a outras atividades paralelas. O regime de trabalho com este desenho produz efeitos na gestão da EaD, uma vez que a disponibilidade e dedicação para as atividades é condicionada à necessidade de se cumprir primeiramente as horas de trabalho dos momentos presenciais. Assim, a EaD fica em segundo plano e não é reconhecida pelo IFB como parte das atividades já realizadas.

Apesar da evidente precarização das condições de trabalho, a Coordenação Geral de Educação a Distância do IFB de 2014 a 2016 promoveu uma série de iniciativas com o objetivo de dar visibilidade às atividades realizadas no âmbito da EaD (fóruns, eventos, parcerias com outros órgãos, etc). Nesse período, a EaD não tinha um espaço formal no organograma do IFB o que dificultou o estabelecimento de planos e metas para a modalidade, considerando que era necessário que as ações da EaD estivessem previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI.

A articulação gerencial e política dentro do IFB se fez necessária pelas vias do convencimento de que a EaD era importante enquanto caminho estratégico de expansão da oferta do IFB como um todo. Após várias reuniões em diferentes espaços de discussão coletiva, em 2017, a Coordenação Geral da EaD conquista um espaço no PDI para elaboração das estratégias e ganha o status de Diretoria, o que permite a lotação de servidores para executar as atividades da EaD com exclusividade.

Assim, foram lotados três servidores na EaD, ocupando vagas na equipe tecnológica, design educacional e gestão. Contudo, a quantidade de servidores com dedicação exclusiva para EaD é irrisória se comparada à grande demanda existente. Além disso, o processo de lotação de servidores na Diretoria da EaD está limitado às funções do âmbito da gestão e operacionalização tecnológica. O campo da docência ainda é um ponto frágil em todos os contextos da EaD brasileira, o que não se diferencia no IFB. Ainda são contratados professores bolsistas para atividades específicas que racionalizam a função docente (professor gestor, professor mediador presencial, professor mediador a distância). As múltiplas funções docentes revelam a intensificação do trabalho, o que consideramos ser um dos grandes desafios das políticas de institucionalização da EaD.

Consideramos que tornar-se diretoria foi um importante passo rumo à institucionalização, porém não suficiente, uma vez que as demandas de diretoria aumentaram de forma significativa, exigindo cada vez mais o aumento de servidores lotados exclusivamente para a EaD. Assim, o desafio da mais nova Diretoria da EaD reside na articulação com os demais setores do Instituto Federal de Brasília com o intuito de conquistar o espaço e reconhecimento necessários, pois ainda observamos uma gestão pouco sistêmica e carente de profissionais especializados em EaD.

Ao conhecerem o contexto da EaD, as equipes buscam formas de empregar práticas vivenciadas nos modelos presenciais, fazendo apenas um processo de transposição. Tal movimento provoca retrocessos, uma vez que não se considera as especificidades da EaD, além de revelar de forma contraditória, a necessidade de se ancorar em elementos do modelo presencial como forma de respaldar as ações realizadas no contexto da educação a distância.

Compreendemos que essa problemática perpassa por diversos fatores, sendo um dos principais a falta de conhecimento sobre os fundamentos da EaD, além das necessidades de formação no âmbito da educação profissional.

Apesar do reconhecimento enquanto diretoria, o cenário de baixa autonomia permanece, haja vista que os cursos ofertados ainda são provenientes de fomentos externos, o que coloca a EaD do IFB na condição de executora de um programa previamente planejado pelo MEC, revelando, pois, a dificuldade de integração com os demais setores dentro do Instituto Federal de Brasília. Desse modo, a Diretoria de EaD busca encontrar formas de garantir a qualidade da oferta dos cursos técnicos, reduzindo paulatinamente os índices de evasão dos estudantes, por meio da consolidação de uma gestão de equipes que repense a proposta pedagógica e as estratégias de operacionalização de políticas no âmbito da educação profissional a distância.

3 NOVOS DESAFIOS À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA A PARTIR DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O PROGRAMA MÉDIOTEC

Vivemos um momento de reformas educacionais que trazem para reflexão a dimensão da educação e do trabalho. As alterações feitas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino Médio retornam à questão do trabalho e dos itinerários formativos a serem trilhados pelos jovens nessa etapa de ensino. Contudo, as discussões acerca da reforma evidenciam as tensões e contradições, uma vez que o contexto político do país afetado por um golpe não permite avaliar de forma positiva as mudanças geradas.

Compreendemos a urgência em se discutir o ensino médio, visando a sua reforma. Contudo, as reformas educacionais precisam ser amplamente debatidas, pois o campo de disputas e interesses é igualmente amplo e requer dos legisladores tempo e articulações políticas com diferentes setores da sociedade que em alguma medida serão afetados com qualquer proposta que surgir.

A promulgação da MP nº 746/2016 impossibilitou qualquer tipo de discussão sobre as propostas colocadas para o ensino médio, sobretudo uma reflexão mais acurada das repercussões que seriam desencadeadas. As alterações impostas colocam em xeque os rumos do ensino médio, da formação de professores, do ensino de componentes curriculares como Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, bem como sobre a forma de operacionalização do ensino técnico integrado ao ensino médio.

Assim, o Governo Federal lança em 2017 o programa MédioTec, um desmembramento do PRONATEC, com foco nos estudantes que estão cursando o

ensino médio. A carga horária do Ensino Médio será ampliada e contemplará a formação técnica de no mínimo 800 horas, de acordo com os cursos dispostos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. A oferta do Médio Tec é uma ação estratégica do Ministério da Educação para os alunos das escolas públicas, em especial aqueles atendidos por algum programa de assistência social.

A Diretoria de Educação a Distância do IFB insere-se nesse contexto ofertando a partir de agosto deste ano quatro cursos: Informática, Programação de Jogos Digitais, Hospedagem e Eventos. Serão ofertadas mais de 1400 vagas aos alunos matriculados regularmente no Ensino Médio da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF). O processo de elaboração dos planos de curso foi o primeiro desafio de operacionalização do projeto na EaD do IFB. Não houve articulação para um planejamento pedagógico conjunto com a SEEDF em função de questões políticas internas e redução do tempo de organização dos planos, haja vista que o Ministério da Educação autorizou a oferta dos cursos tardiamente. Nesse sentido, os cursos que serão ofertados na forma concomitante, no qual o estudante frequenta duas instituições de ensino, não estão devidamente alinhados em uma proposta pedagógica unificada e sólida o suficiente para enfrentar os desafios que estão por vir.

A EaD no Brasil tem forte tradição na educação superior e nos cursos técnicos. Para os dois casos, o público é notoriamente diferente do público que frequenta o ensino médio. Assim, o desafio da Diretoria de Educação a Distância reside na necessidade de propor e articular novas estratégias didático-pedagógicas que estejam alinhadas aos interesses dos jovens e possam proporcionar uma formação profissional que contribua efetivamente com o processo formativo do público em questão.

Consideramos também que um dos maiores desafios é pensar numa proposta de formação profissional a esses jovens que supere a dualidade entre formação manual e intelectual, apesar da política em si reforçar tal dualidade a partir do momento em que reserva o foco de atuação do programa aos estudantes das escolas públicas. Pesquisas futuras tratarão de descrever e problematizar a operacionalização do MédioTec, considerando os sujeitos envolvidos, as expectativas e realidades concretas reveladas na sua essência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância é um fato posto. Com o advento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, a EaD ganha maior notoriedade por se juntar a um conjunto de interesses e mecanismos nos quais o conhecimento possui valor mercadológico expressivo, como podemos evidenciar no discurso contraditório de capacitação profissional como forma de inserção no mundo do trabalho. Desse modo, discorreremos brevemente sobre o histórico da educação

profissional, amplamente marcado pela dualidade entre trabalho manual e intelectual, para compreender o contexto no qual se originou a proposta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Observamos que inicialmente a proposta dos Institutos procura romper com a histórica dualidade presente na educação profissional. Paralelo a esse desafio, o processo de expansão é uma ação que aparece como prioridade para o alcance dos demais objetivos. É no contexto da expansão que a educação profissional encontra na modalidade a distância uma forma de potencializar o processo expansionista.

Concluimos, portanto, que os desafios multiplicam-se por associar dois universos da educação permeados de tensões e contradições. Isso é revelado na forma como a EaD chegou no Instituto Federal de Brasília, por exemplo. Assumindo o *status* de Coordenação Geral, mostra-se predominantemente na condição de executora de ações e projetos pré-determinados, além de contar com o desafio de manter uma gestão composta por uma maioria de pessoas que não se dedicam apenas à EaD, justamente pela ausência de uma institucionalização que garante a execução das atividades dentro da carga horária semanal de quarenta horas.

Na condição de Diretoria, os desafios rumo à institucionalização se ampliam, mas os velhos problemas permanecem, como é o caso da contratação de professores bolsistas, que não integram o corpo docente do instituto, articulado com a proposta pedagógica e objetivos dos cursos ofertados.

Para além da precarização docente, o processo de institucionalização é necessário para garantir não apenas a autonomia pedagógica, mas também a autonomia administrativa e financeira necessária para a boa gestão dos processos que envolvem a EaD. É um amplo debate político que vem sendo articulado com os outros Institutos Federais, na busca de dar o espaço de reconhecimento que a EaD tanto almeja.

Os espaços de disputas vêm sendo desenhados por meio de encontros, debates, fóruns de representantes das diversas áreas. A partir desse cenário, teremos vozes de todos os setores interessados, imbuídos de suas convicções, pretensões e ideologias acerca da relação educação e trabalho como também da própria educação a distância. São nesses espaços de disputas políticas e ideológicas que vamos conseguir analisar os elementos que envolvem o processo de institucionalização, as concepções de EaD, os interesses por essa modalidade de ensino na educação profissional e acima de tudo a superação ou não da histórica dualidade existente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica*, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 818 de 13 de agosto de 2015. *Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. 2015

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 8a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MANACORDA, M. A. *O princípio educativo em Gramsci*. SP. Editora Alínea.2008

MILL, Daniel Ribeiro Silva. *Docência virtual: uma visão crítica*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ORTIGARA, Claudino. GANZELI, Pedro. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: In: BATISTA, Leme Eraldo. MÜLLER. Terezinha Meire. *A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

OTRANTO, Regina Celia. AQUINO, de Souza Jana Iná. PAIVA, Carvalho Denise Liz. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: caracterização, expansão e criação dos cursos de licenciatura. In: Maués. Cabral Olgaíses. SOUZA, Santos José. SEGENREICH, Duarte Cecília Stella. (orgs.) *Expansão da Educação Superior: formação e trabalho docente*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.